

# DERRUBAR PARA CRESCER

Por Marisa Nascimento,  
Sara Abdo  
e Carolina Sanchez

A votação da reforma do Código Florestal Brasileiro tem previsão para acontecer em março. Desde que o substitutivo redigido pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) foi aprovado, em 2010, os diversos setores da sociedade têm expressado seu posicionamento favorável ou não ao novo código.

A relação que se tem entre as esferas política e ambiental ainda não está concretizada no entendimento público. A mídia transmite o que se passa na reforma do Código Florestal dando ênfase à questão técnica, mantendo o leitor/espectador como platéia e não como participante.

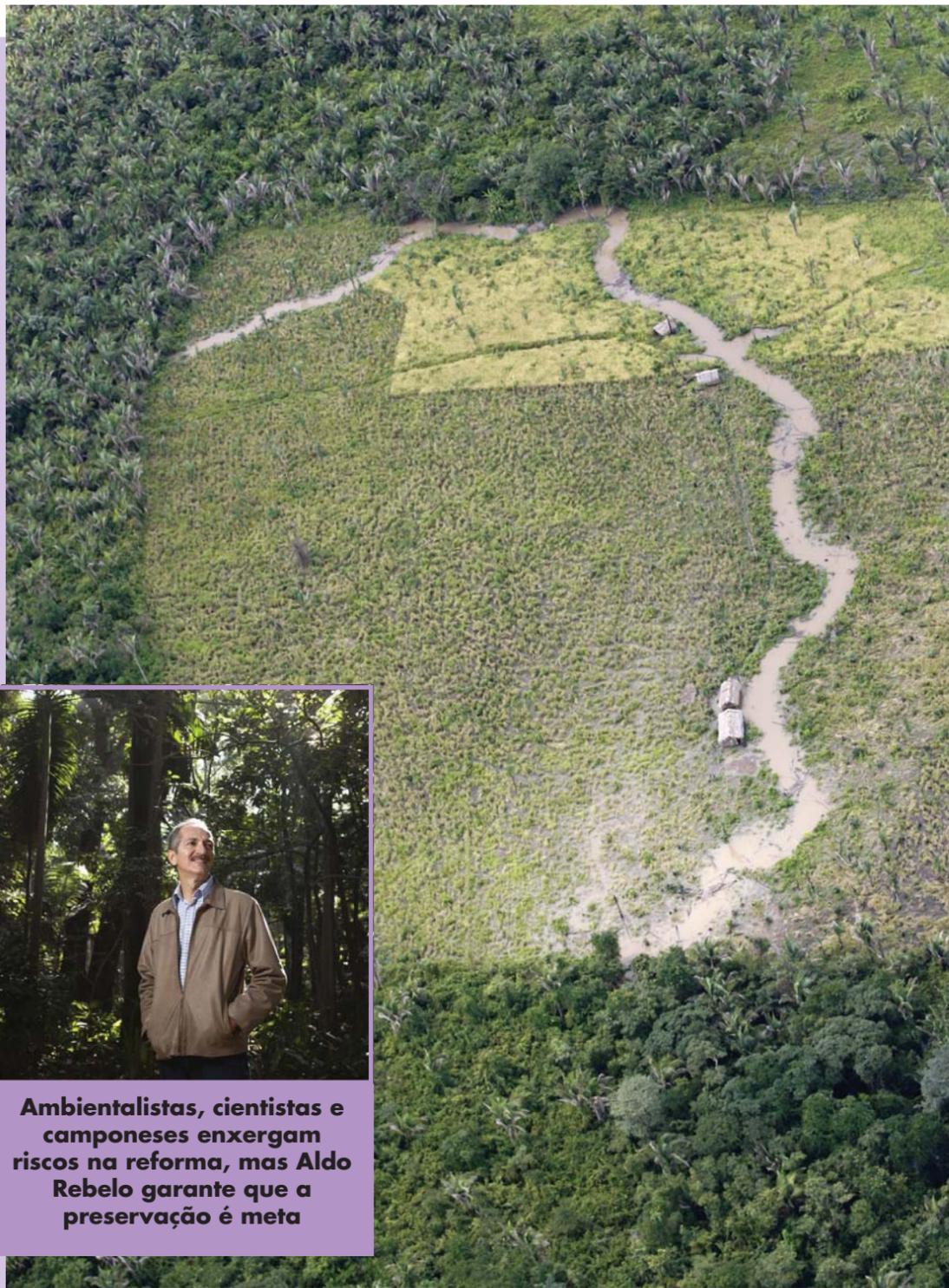
Para que exista a formação de opinião pública consciente, é preciso haver interação entre o cidadão e os acontecimentos ao seu redor. Mudanças na legislação ambiental não só alteram a relação do homem com o meio ambiente, como também interferem na vida em cidades. Há uma conexão muito mais próxima do que se pensa entre áreas de preservação ambiental, zona rural e espaço urbano.

**Pra que(m) mudar?** – O deputado Aldo Rebelo, relator da reforma, alega que as modificações no código são dirigidas para o benefício do trabalhador rural e a preservação da natureza. “Todo o projeto de lei do novo Código Florestal Brasileiro é voltado para o pequeno produtor”, afirma o deputado em entrevista ao **Contraponto**. O relator alega que as Áreas de Proteção Permanentes (APPs) delimitam um território obsoleto, já que há um grande número de atividades rurais acontecendo e estas são consideradas ilegais por serem realizadas dentro das APPs. De acordo com Aldo Rebelo, se a reforma for aprovada, “a maioria dos pequenos produtores rurais deixará de ser considerada delinquente”.

Opondo-se às propostas da reforma estão a comunidade científica, os ambientalistas e os órgãos que lutam pelos direitos dos camponeses. Ao lado de Aldo Rebelo, aprovando tais mudanças, estão os ruralistas, principais representantes dos interesses do agronegócio, juntamente com a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), também presidenta da Confederação Nacional de Agricultura (CNA).

Inaugurando sua coluna quinzenal, na seção “Mercado” do jornal *Folha de S. Paulo* do dia 19/03/2011, Kátia Abreu comentou a alta do preço dos alimentos devido à crescente demanda do mercado global. Como solução para o equilíbrio econômico, a senadora propôs o estímulo do aumento da produção rural, defendendo que o Brasil se mantenha no status de “celeiro do mundo”. Kátia abordou que a reforma do Código Florestal é fundamental para deixar competitivos os índices de produtividade e concluiu: “a esterilização dessas áreas é um retrocesso que só pode interessar aos países que concorrem conosco no mercado mundial e estão em desvantagem”.

*No Brasil, a legislação prevê a preservação de biomas, mas a busca constante de lucros ameaça o equilíbrio ecológico*



**Ambientalistas, cientistas e camponeses enxergam riscos na reforma, mas Aldo Rebelo garante que a preservação é meta**

Aldo Rebelo também compartilha desta ideia. “A Europa destruiu totalmente sua vegetação nativa e nós preservamos 70% dela no Brasil”, afirma o deputado, atrelando-se somente ao aspecto quantitativo e comparando a realidade brasileira com o caso europeu, coisas bem diferentes. Quando o assunto é meio ambiente, comparações sobre o que um país deixou de preservar para produzir não solucionam o problema de forma plausível.

Trata-se de uma percepção meramente capitalista da legislação sobre preservação de biomas. É importante perceber que a senadora e o deputado deixam para o segundo plano o aspecto ambiental quando defendem a reforma do Código Florestal.

A produtividade não está relacionada à extensão da propriedade, mas à eficiência com que a agricultura é feita, como demonstram os estudos de cientistas da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC). A pesquisa mostra a pouca interferência das Áreas de Proteção Permanentes (APPs) na produção agropecuária brasileira. Em São Paulo, por exemplo, somente 10% do território pertencente às APPs foram invadidos pela produção agrícola, desmentindo os dados apresentados pela bancada ruralista, de que atividades rurais podem ocupar até 90% do mesmo território. Este estudo também derruba a tese de Aldo Rebelo,

## Entenda mais sobre o Código Florestal e sua reforma

O Código Florestal Brasileiro existe desde 1934. Sua elaboração surgiu com o objetivo de preservar toda forma de vegetação nativa. Em 1965 o Código teve sua primeira alteração e a partir de 2000 os atores políticos deram início à disputa de pelo texto de alteração, sendo o Substitutivo Aldo Rebelo aprovado em julho de 2010. Confira abaixo as principais alterações que a reforma propõe:

Assunto	Como é	Como ficaria
Anistia a desmatadores	Não existe o conceito ou hipótese de anistia	Isenta de multas "áreas rurais consolidadas" e quem desmatou até 22/07/2008
APPs	Estabelece faixa de proteção de 30m para os cursos d'água de menos de 10m de largura > Em altitude superior a 1800m e topos de morros	Reduz faixas de proteção para 15m em rios com menos de 5m de largura > Exclui topos de morros e altitude superior a 1800m
Reserva Legal	80% da área de propriedade na Amazônia, 35% no cerrado amazônico e 20% no restante do país	80% na Amazônia, 35% no cerrado amazônico, 20% no resto; áreas de até 4 módulos não repõem APP
Compensação de Reserva Legal	Compensação deve ser em área do mesmo ecossistema, na mesma microbacia	Quem desmatou e não puder repor, poderá compensar no mesmo bioma
Redução de Reserva Legal	Para até 50% na Amazônia para fins de recomposição	Para até 50% na Amazônia para fins de regularização
Soma de APP e reserva legal	Quando a soma da vegetação nativa em APP e reserva legal for maior que 50% da propriedade	Admite computar as áreas protegidas no cálculo do percentual da reserva legal

Fonte: Folha de S. Paulo, 13/02/2011



Marisa Nascimento

### Efeito dominó: cientistas alertam para o risco de desequilíbrio ambiental causado pelodesmatamento



Reprodução

de que muitos trabalhadores rurais estariam na ilegalidade.

Pesquisadores da Embrapa – órgão pertencente ao Ministério da Agricultura – apontaram que as alterações no código comprometem não só a fisionomia das florestas, mas também, os recursos hídricos e a biodiversidade, envolvendo flora, fauna e, dentro desta, os agentes polinizadores. Em parceria com a SPBC e a ABC, os funcionários da Embrapa realizaram um estudo cujo relatório disponível no site [http://www.sbpcnet.org.br/site/arquivos/arquivo\\_294.pdf](http://www.sbpcnet.org.br/site/arquivos/arquivo_294.pdf) tem como uma das principais conclusões o fato de que os agentes polinizadores, como as abelhas, são de fundamental importância para a produtividade em oito cultu-

ras comerciais: algodão, café, soja, maracujá, caju, pêssego, melão e laranja. É, portanto, de interesse econômico manter as matas, já que esses insetos dependem da vegetação nativa para sobreviver.

**Falta de identidade** – A elaboração da reforma mostra também o aspecto de desorientação política do cenário nacional. O deputado Ivan Valente (PSOL-SP) considera que a reforma "é simbólica da falta de coerência política tão frequentemente manifestada nos centros do poder". "É uma sinalização perigosa, por exemplo, constatar que a presidente da Confederação Nacional de Agricultura (CNA), chefe do agronegócio, uma pessoa que publicamente condena aqueles que

combatem o trabalho escravo, defende o Substitutivo Aldo Rebelo", complementa o deputado.

Há uma grande contradição no fato de um deputado do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) elaborar uma reforma política, tendo como principal aliado um membro do Democratas (DEM), partido que defende os interesses liberais.

A contradição se faz maior porque as decisões políticas não representam as aspirações da sociedade. Há muitos grupos insatisfeitos com a reforma proposta por Aldo Rebelo. A comunidade científica – representada pela SBPC e pela ABC –, os movimentos de luta camponesa, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Via Campesina, e organizações que defendem o meio ambiente, como a SOS Mata Atlântica e o Instituto Socioambiental (ISA), são contra a reforma do Código Florestal e não se sentem representados nas decisões do contexto político nacional.

A falta de identidade é acompanhada da falta de representação política. O deputado Ivan Valente constata que "em nome de interesses corporativos e privados, o interesse público é sobrepujado".

Mário Mantovani, diretor da SOS Mata Atlântica, lembra que "é necessário pôr luz no debate da reforma do Código Florestal". Mantovani lembra que "há muitos investimentos acontecendo na área do agronegócio, e por trás de uma decisão política, muito dinheiro entra em jogo".

**Precisamos virar o Hubble de cabeça para baixo** – Caso o Substitutivo de Aldo Rebelo seja aprovado, o impacto da reforma será para camponeses, ambientalistas, agronegociantes, cientistas, órgãos fiscalizadores e habitantes do meio urbano. As alterações no Código Florestal afetam a todos.

Como afirma a jornalista ambiental Karina Miotto, "a mídia deve promover o debate, levar informação de qualidade e inovação a seus públicos". Karina disse ao **Contraponto** que "a imprensa deve abrir cada vez mais espaço ao jornalismo ambiental". O tema meio-ambiente é muitas vezes tratado como algo isolado, restrito à esfera da ecologia, mas este assunto interage cada vez mais com questões políticas e econômicas. A sociedade precisa estar informada sobre a administração política no tocante ao meio-ambiente.

A reforma do Código Florestal traz uma solução forçada ao problema da preservação e da produção. O uso indevido do solo numa área de conservação pode, após certo tempo, ocasionar catástrofes naturais, numa espécie de efeito dominó.

O problema precisa ser analisado mais de perto antes de se propor mudanças cujas consequências podem ser danosas para a sociedade. Não se pode manter a competitividade econômica a qualquer custo.

O desenvolvimento econômico pode conviver com a consciência ambiental. Não há necessidade em diminuir áreas de biomas preservados para estimular a produção rural. A consciência ambiental deve fazer parte de todas as atividades humanas, passando necessariamente pela política e pela economia. Karina Miotto menicou a frase que o cientista Antonio Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), elaborou para trazer o homem de volta a questões essenciais como o cuidado com a natureza "é preciso virar o Hubble de cabeça para baixo e compreender melhor o planeta Terra".